



A INSERÇÃO DO MARANHÃO NA NOVA DIVISÃO INTERNACIONAL DO TRABALHO E QUESTÃO SOCIAL

Cláudia Alves Durans¹

RESUMO

O presente trabalho aborda a inserção do estado do Maranhão nas estratégias econômicas do capitalismo em âmbito nacional e internacional. Destaca inicialmente o novo modelo de acumulação flexível que substituiu a estratégia do pós-2ª guerra mundial, centrada no taylorismo fordismo e no keynesianismo. Discute as estratégias de desenvolvimento para as regiões Norte e Nordeste, empreendidas pelos governos militares, no contexto da política econômica nacional. Destaca as estratégias das políticas governamentais, tendo em vista a localização geopolítica do Maranhão, que atende aos novos interesses do capital internacional, e as consequências políticas e sociais desse processo que tem contribuído para aprofundar a questão social no Maranhão.

Palavras-Chave: Capitalismo, estratégias econômicas, questão social, Maranhão,

ABSTRACT

The present paper approaches the Maranhão state insertion in the capitalism economic strategies in a national and international scope. Point out initially the new flexible accumulation that substitute the post II World War strategy concentrated in the Taylor, Ford and in the Keynes ideas. Discuss the development strategies to the North and Northeast regions, attempted by the military governments in the context of the national economic policies. Highlight the government policies strategies, considering the Maranhão geopolitical localization, which fit on new international capital interest, and the political and social consequence of this process that has contribute to deepen the social matter in Maranhão.

Keywords: Capitalism, economic strategies, social matter, Maranhão.

1 A NOVA DIVISÃO INTERNACIONAL DO TRABALHO E DESENVOLVIMENTO BRASILEIRO

Nas três últimas décadas do século passado assistimos à conformação de uma crise global da sociedade contemporânea, que se manifestou mais precisamente na crise do Estado de Bem Estar Social e no colapso do socialismo real. (PAULO NETTO, 2001, p. 66). A partir desta crise foi engendrada uma nova estratégia capitalista baseada na acumulação flexível e na concepção neoliberal de Estado, que significou a reorganização do ciclo de produção e reprodução do capital, segundo o atual estágio das forças produtivas.

Essa nova estratégia baseou-se centralmente numa ofensiva brutal ao trabalho, expressa na superexploração e na alteração da legislação social e trabalhista, que retirou conquistas e direitos históricos da classe trabalhadora, tendo em vista a redução dos custos

¹ Doutora em Serviço Social pela Universidade Federal do Maranhão – UFMA.

do trabalho e a elevação da produtividade nas empresas. Isto ocorreu acompanhado de uma ofensiva neocolonizadora por todo o mundo, com o recrudescimento do imperialismo norte-americano.

Para os países do chamado terceiro mundo e “em desenvolvimento” tal ofensiva foi desastrosa, muitos retrocedendo à condição de neocolônias, considerando a dependência econômica e a subserviência dos governos nacionais ao imperialismo, às suas instituições representativas (Fundo Monetário Internacional e Banco Mundial), e às empresas transnacionais.

Nesse processo de reorganização do ciclo de acumulação de capital, as empresas transnacionais têm cumprido papel basilar. Em decorrência da crise e da necessidade de procura por novos mercados tais empresas se instalaram em novas regiões onde os recursos naturais e a força de trabalho são fartos e o sindicalismo é frágil ou inexistente. Nos países de industrialização recente, a penetração das transnacionais tem sido facilitada pela ação dos governos, pela capacidade de produção de fontes de energia mais baratas, pela associação com empresas nacionais, o que diminui as dificuldades financeiras, tecnológicas e de comércio. (Tarsitano Neto, 1995, p.71).

No caso do Brasil a lógica é a mesma. Historicamente a formação, desenvolvimento e acumulação capitalista tem contado com a intervenção decisiva do Estado e tem se desenvolvido de forma desigual e combinada, segundo os interesses capitalistas nacionais e estrangeiros. Desde os anos 1950, com a política desenvolvimentista, o processo de industrialização foi centrado no centro sul brasileiro.

Porém, com o objetivo de enfrentar os graves problemas sociais, econômicos e políticos das demais regiões, o Estado passou a adotar medidas, visando a recuperação e o desenvolvimento das demais regiões de industrialização insuficiente. Com esse espírito foram criadas as Superintendências de Desenvolvimento Regional, entre as quais a SUDENE (1959) e a SUDAM (1966).

Evidentemente, a intervenção das Superintendências de Desenvolvimento Regional contribuíram significativamente para o desencadeamento de processos de industrialização das regiões Norte e Nordeste, concentrando ações através de incentivos fiscais e creditícios, infra-estrutura e apoio à implantação de pólos industriais em Recife, Fortaleza e Salvador.

A descentralização do eixo sul/sudeste para outras regiões, a exemplo do Norte e Nordeste, representou uma alternativa para a expansão capitalista. E isto aconteceu em sintonia com os interesses do capital internacional que, desde os anos

1960 rastreava reservas minerais no país, situadas principalmente na Amazônia².

A política governamental adotada para esta realidade estava expressa no Programa Grande Carajás (PGC).³ O governo objetivava, com esse programa, gerar divisas para o equilíbrio da balança de pagamentos do país. A SUDAM, a SUDENE e o PGC, enquanto organismos estatais cumpriram papel fundamental no financiamento, com a garantia de isenções fiscais e criação de infra-estrutura básica para a instalação de empresas nacionais e transnacionais na região.

2.UM “MARANHÃO NOVO” OU VELHAS FORMAS DE ATUALIZAÇÃO DA POBREZA: o estado maranhense e a relação com o capital internacional

Dentro dessa política, os estados do Maranhão e do Pará foram alvo de ações e projetos que incluíam a exploração dos recursos naturais, de segurança nacional, de colonização, objetivando a ocupação da Amazônia, de acordo com interesses internacionais, apesar do discurso nacionalista (“integrar para não entregar”).⁴

No processo de expansão do capital para a Amazônia Oriental podem-se distinguir três grupos de empresas: o **setor madeireiro e a construção civil** que contribuíram para a constituição de um mercado de trabalho nas cidades do Pará (Marabá, Parauapebas) e Açailândia-MA, formando uma primeira geração de operários, a maioria sem grande qualificação que realizaram obras como: estradas, ferrovias, aeroportos, centros urbanos, distritos e parques industriais, construção da hidrelétrica de Tucuruí, através de empresas como a Camargo Correa e Andrade Gutierrez e outras subcontratadas⁵; 2) **as empresas siderúrgicas** instaladas no corredor da Estrada de Ferro Carajás a partir de 1987, utilizando carvão vegetal no seu processo produtivo e têm ação altamente destruidora da natureza; 3) **as empresas do setor mínero-metalúrgico** de grande porte, ligados ao PGC como: CVRD, ALUMAR, ALBRAS e ALUNORTE. (Castro, 1995)

² A descoberta da Serra de Carajás, em 1967, com aproximadamente 18 bilhões de toneladas de ferro (a maior do mundo), além de jazidas de cobre, manganês, bauxita, níquel, cassiterita, ouro e nióbio, representou o elemento catalisador para a expansão capitalista na Amazônia, sob o argumento da sua industrialização para ocupação e integração, tendo em vista a “segurança nacional”. Em outras palavras, o capital estrangeiro, frente ao esgotamento das reservas naturais da Europa, EUA e Japão, buscou em países como o Brasil, suprir suas necessidades de produtos naturais, inclusive contribuindo com o financiamento desse processo através do Banco Interamericano de Desenvolvimento (BIRD), do Banco Mundial.

³ O PGC foi oficializado em 1980 pelos decretos-lei nºs 1813 (24/11) e 1825 (22/12) e extinto em março de 1990 pela reforma administrativa do governo Collor de Melo.

⁴ Contribuiu para esse processo a construção das rodovias Belém-Brasília, BR 316 (Teresina a Belém), MA 222 (Santa Inês a Açailândia).

⁵ Na construção do Projeto Ferro Carajás a CVRD e suas subsidiárias chegaram a contratar cerca de 8.000 trabalhadores em 1980. Em 1982 eram 27.482. Em Serra Pelada, na área de garimpo, foram 70 mil homens, muitos oriundos de canteiros de obra desativados. (Castro, 1995, p.97)

Para o Maranhão o desenvolvimento do PGC foi decisivo para as transformações ocorridas no final do século passado, quando foi incluso no setor mínero-metalúrgico desse programa. Assim, o estado foi inserido na nova divisão internacional do trabalho, como espaço de transnacionalização do capital: espaço de transformação de minérios pelas empresas CVRD, ALUMAR, METALMAN; implantação da Base Espacial em Alcântara⁶, as siderúrgicas na Região Tocantina, Pindaré e Rosário⁷, além da dinamização do setor primário (modernização da agricultura, expansão da pecuária para exportação).

Essa redefinição foi favorecida pelas características naturais da região: as reservas minerais da Região Norte, a localização estratégica da Ilha de São Luís e a capacidade portuária para exportação marítima dos produtos; e também por elementos de ordem política: interesses de grupos econômicos locais e estrutura oligárquica associada a interesses de grupos estrangeiros, assim como a intervenção decisiva do Estado, criando todo um conjunto de políticas consoante com os interesses desses grupos, excluindo definitivamente a participação popular. (MOREIRA, 1980).

Nesse processo, houve intensa propaganda governamental, proclamando a redenção do Maranhão, promessas de criação de um milhão de empregos, gerando expectativas não só para a população maranhense, como também nos estados vizinhos. Isto trouxe como consequência uma explosão populacional, principalmente na capital, São Luís, embora o Maranhão permaneça como um dos estados da federação com maior população rural, conforme podemos ver na tabela a seguir.

Tabela 1- População Urbana e Rural do Maranhão

População	1960	1970	1980	1991	1996	2000
Urbana	442.995	752.027	1.255.156	1.972.421	2.711.175	3.355.577
%	18%	25%	31%	40%	51%	59,5%
Rural	2.034.376	2.240.886	2.741.248	2.957.832	2.551.008	2.28.804
%	82%	75%	69%	60%	48%	40,5%
Total	2477.371	2992.686	3996.404	4.930.253	5.222.183	5.638.381

Fonte: Censo IBGE 2000

⁶ Através do Decreto nº 7.820 o Governo do Maranhão, em 1980, desapropriou 52.000 ha de terras do município de Alcântara, que dista 22km de São Luís, para a instalação do Centro de Lançamento de Alcântara (CLA). O projeto, de responsabilidade do Ministério da Aeronáutica, inclui-se no Projeto Missão Espacial Completa Brasileira, associado ao Estado Maior das Forças Armadas. Esta área desapropriada corresponde a metade do município, desapropriando cerca de 2 mil famílias ou 10 mil pessoas (segundo dados do Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Alcântara) que foram deslocadas para agrovilas. O movimento social denuncia as condições de vida e trabalho nas quais foram lançadas estas famílias, muitas descendentes de quilombos, que sobreviviam das pesca e da agricultura em suas áreas de origem.

⁷ No Maranhão foram instaladas, nos anos 1980, 8 siderúrgicas: Maranhão Gusa (MARGUSA) em Rosário, Companhia Vale do Pindaré, Viena Valadares, Gusa Nordeste, Siderúrgica do Maranhão (SIMASA), Ferro do Maranhão (FERROMAR) e a Companhia Siderúrgica do Maranhão (COSIMA) todas em Açailândia, e a Gusa Industrial em Pindaré-Mirim. Estas siderúrgicas utilizaram financiamento da SUDAM e SUDENE e produzem o ferro gusa (para produção do aço) com o uso do carvão vegetal. Com isso, há uma grande destruição da floresta nativa. Vale dizer que o Brasil é o único país ainda produz ferro gusa utilizando essa tecnologia altamente prejudicial à natureza.

Conforme podemos observar na tabela 1, em 1960 a população maranhense estava em absoluta maioria (82%) no meio rural e apenas 18% nos centros urbanos. Esse quadro começou a se alterar nos anos 1980, passando a 69% no meio rural e 31% no urbano, registrando-se somente em 1996 a inversão desse percentual: 51% nas cidades, 48% no campo. O censo 2000 mostra que 59,5% dos maranhenses estão nas cidades e 40% no campo, portanto, o Maranhão permanece com uma grande população no meio rural, tendo ainda um grande peso a agricultura e a pecuária como atividades econômicas.

Vê-se ainda que, o Maranhão, com um contingente populacional de 2.992.686 em 1970, passou para 5.638.381 em 2004, demonstrando o crescimento da população, a partir do qual inferimos ser devido à integração do Maranhão à nova divisão internacional do trabalho, materializada no desenvolvimento de grandes projetos.

Os governos agiram, buscando tornar a estrutura urbanística e a infra-estrutura industrial à altura do novo momento econômico do Maranhão. Em decorrência disto, foram criadas várias instituições ou órgãos públicos, realizado o zoneamento de São Luís, sendo reservado o Distrito Industrial no setor sul da Ilha. A energia elétrica necessária às empresas foi providenciada através da interligação dos sistemas Norte (Eletronorte com a Hidrelétrica de Tucuruí) e Nordeste (Chesf com Boa Esperança e Paulo Afonso). Com relação ao abastecimento de água, foi criado o sistema Italuís. (MOREIRA, 1980).⁸

No caso da indústria do alumínio Gistelink (1989, p.105) aponta as vantagens quanto à exploração da força de trabalho: “O custo da mão-de-obra nas indústrias de alumínio, em 1985, era estimado em US\$ 23 por hora nos EUA, US\$ 18 no Canadá, US\$ 16 na Austrália, US\$ 15 na Europa (com o dólar super valorizado na época), contra US\$ 4 a 6 no Brasil”.

Além disso, entre 1981 a 1990 ocorreu também a implantação de cerca de 1.030 novas empresas de pequeno e médio portes que foram fundamentais na expansão do setor industrial, no Maranhão. Feitosa e Ribeiro (1995) apontam os capitais que financiaram esse processo: o **capital comercial e agroexportador local; grandes capitais nacionais de outras regiões** atuando na construção civil e montagem de infra-estrutura dos grandes projetos e processo de produção dos setores minero-metalúrgico e setor madeireiro; o **capital estatal** – atuando no setor de extração e exportação de minérios como o ferro,

⁸ Moreira (1980, p.129) destaca as vantagens asseguradas a essas empresas: 17 decretos- lavra para a bauxita de grau metalúrgica, detendo o maior volume de reserva do minério situado na região de Trombetas, incluindo Oriximiná e Faro no Pará, com previsão de abastecimento suficiente para a ALUMAR por um período de 40 anos, pagamento de 475 a menos do megawatts de energia consumida (quando a portaria 1.655 do Ministério das Minas e Energia garante apenas 155 por setor); área física, isenção de imposto de renda por 10 anos, isenção de IPI nas compras de máquinas e equipamentos nacionais e manutenção do crédito do IPI referente a matérias-primas, produtos intermediários e material de embalagem, isenção de ICM, além de, em dezembro de 1980, ter sido inserida na Sudene podendo receber recursos do Finor.

manganês dentre outros (CVRD); e **o capital multinacional**. (FEITOSA; RIBEIRO,1995, p.60)

Constata-se ainda nesse processo, uma incongruência entre o discurso do desenvolvimento e as reais conseqüências para a população maranhense, pois, além de não gerar os empregos prometidos, provocou um crescimento caótico da cidade, sem nenhuma preparação ou políticas governamentais correspondentes. Além disso, o estado ascendeu ao primeiro lugar no ranking dos piores indicadores sócio-econômicos. Neste sentido, é necessário resgatar que, quando a ALUMAR e CVRD quando foram implantadas na Ilha de São Luís, desapropriaram cerca de 12 mil pessoas, que não foram expropriadas apenas de suas moradias, mas também do local de trabalho, considerando que estas famílias eram, na sua maioria, pescadores, catavam caranguejo, sururu, e outros mariscos, assim como produziam hortifrutigranjeiros. (FEITOSA; RIBEIRO, 1995, p. 62). Por outro lado, os empregos prometidos não se confirmaram, apenas na fase de construção muitos maranhenses foram absorvidos na construção civil, como “peões”.

Assim, com todas as políticas a partir do PGC, da implantação de indústrias e dos financiamentos da SUDENE e SUDAM, o Maranhão apresenta nos últimos anos, o pior Índice de Desenvolvimento Humano-IDH, conforme podemos ver no quadro abaixo.

Tabela 2 - Quadro socioeconômico

	Mort.Infantil %	Analfabetismo	Renda per capta	Urbanização	Part. PIB	Cresc. Pop.	IDH
BRASIL	28,7	12,8	6..950	79,4	100	1,9	0,766
NORDESTE	43,0	24,6	3.014	69.1	13.1	1,3	0,680
Sergipe	41,9	23.5	4.514	71.4	0.68	2,0	0,682
Piauí	34.,6	28,6	1.941	62.9	0,47	1,1	0,656
Ceará	38,1	24,7	2.858	71,5	1,80	1,4	0,700
R.G. Norte	43,2	23,7	3.490	73,3	0,82	1,6	0,705
Paraíba	46,8	27,6	2.959	71,1	0,86	0,8	0,661
Alagoas	60,0	31,8	2,649	68,0	0,63	1,3	0,649
MARANHAO	47,6	26,6	1.796	59,5	0,86	1,5	0,636
Bahia	39,8	21,6	3.957	67,1	4,36	1,1	0,688
Pernambuco	46,3	23,2	3.962	76,5	2,65	1,2	0,705
NORTE	28,6	15,6	3..907	69,9	4,6	2,9	0.727
CENTRO- OESTE	21,0	9,7	6.559	86,7	6,9	2,4	0,848
SUDESTE	20,7	7.,5	8.774	90,5	57,8	1,6	0,857
SUL	18,4	7,0	7.692	80,9	17,6	1,4	0,860

Fonte: RIOS, Luiz. Geografia do Maranhão, 2005.

O quadro acima permite visualizar a situação do Maranhão em relação ao Nordeste e às demais regiões do país. Em termos de mortalidade Infantil, o Brasil possui um percentual de 28%, sendo que no Maranhão o índice é bastante elevado, 43%, estando abaixo apenas da Paraíba (46%) e Alagoas (60%). Em termos de analfabetismo, o índice no Brasil é de 12,8%, no Nordeste, 24,6% e no Maranhão, 26,6%, ficando acima apenas do Piauí (28,6%), da Paraíba (27,6%) e de Alagoas (31,8%), sendo que o menor percentual entre as regiões é no Sul, e no Centro-Oeste no Distrito Federal, com apenas 5,2%. A renda per capita no Brasil é de 6.950, no Nordeste 3.014, o maior índice está no Distrito Federal 15.795, e o pior índice no Maranhão 1.796. O Maranhão alcança ainda os piores índices em taxa de urbanização 59,5 e IDH 0,636.

Como se pode constatar, o estado do Maranhão está, juntamente com Alagoas e Piauí, ocupando os piores lugares no que tange aos indicadores socioeconômicos. Esses dados revelam que todo esse processo de inserção do Maranhão como espaço de transnacionalização do capital, pouco benefício trouxe para os trabalhadores, principalmente considerando a geração de empregos diretos e indiretos quase insignificante se comparado ao prometido e aos sacrifícios e prejuízos trazidos à população trabalhadora, com as desapropriações dos lavradores, dos pescadores, oleiros, etc., além da devastação das matas, áreas de brejos e a dizimação dos animais silvestres, provocados pela implantação das grandes empresas ligadas ao PGC. Dentre essas empresas, as duas mais importantes são a ALUMAR e a CVRD.

3. UM “MARANHÃO NOVO” OU VELHAS FORMAS DE ATUALIZAÇÃO DA POBREZA: elementos para uma reflexão não conclusiva

O nosso percurso, nesse breve texto, teve por objetivo tentar demonstrar, ao contrário do que afirma o senso comum sobre o atraso do Maranhão, que esta posição de “atraso” em relação aos outros estados e regiões é profundamente vinculada à sua inserção na divisão internacional do trabalho.

Partimos da compreensão de que desde a sua gênese, o capitalismo tem se gestado como um sistema global, que se desenvolveu de país a país, de continente a continente, passando por fases sucessivas (comercial, industrial, financeiro, monopolista), ora convocando algumas regiões e continentes para participarem diretamente dos ciclos de acumulação, ora aparentemente “excluindo”, o que chamaríamos de uma participação subordinada, definida segundo os interesses capitalistas dominantes e os estágios de desenvolvimento das forças produtivas.

Aqui recorreremos a Novack (1988) quando afirma que os países entram na divisão internacional do trabalho sobre a base do mercado mundial capitalista, participando de forma peculiar e em grau diferente de acordo com a expressão e expansão do capitalismo.

Nesse sentido é que entendemos os diversos momentos e diferentes papéis cumpridos pelo estado do Maranhão nas distintas etapas do desenvolvimento capitalista, seja nos momentos de industrialização no século XIX, seja no desenvolvimento das culturas do arroz, da cana-de-açúcar, do algodão, seja na industrialização recente.⁹

Com respeito à industrialização recente analisamos que o Maranhão, juntamente com o Pará, cumprem um papel estratégico para o capitalismo internacional. Assim, pela formação social e econômica dessa região e pela configuração atual do capitalismo, essa situação estratégica ocorre combinada com o agravamento de problemas sociais, que o sistema não tem condições de resolver e que se aprofundam progressivamente. Fome, miséria, favelização, desemprego, estruturas políticas arcaicas e carcomidas, ao lado de indústrias altamente desenvolvidas e sendo funcionais a estas, como o anverso do discurso retórico do “desenvolvimento”, do “novo”, que sempre beneficia uma minoria e reatualização a velha pobreza.

⁹ Exemplificando essa afirmativa podemos recorrer a Galeano (1995) que de forma magistral fala sobre o período da cultura do algodão.

“No fim do século XVIII, o algodão havia se convertido na matéria-prima mais importante dos viveiros industriais da Europa; a Inglaterra multiplicou por cinco, em trinta anos, suas compras desta fibra natural. O fuso que Arkwright inventou, ao mesmo tempo em que Watt patenteava sua máquina de vapor, e a posterior criação do tear mecânico de Cartwright impulsionaram com decisivo vigor a fabricação de tecidos e proporcionaram ao algodão, planta nativa da América, mercados ávidos no ultramar. O porto de São Luís do Maranhão, que dormira uma longa sesta tropical apenas interrompida por raros navios durante o ano, foi bruscamente despertado pela euforia do algodão: os escravos negros afluíram às plantações do Norte do Brasil e entre 150 a 200 navios partiam cada ano de São Luís carregando um milhão de libras de matéria-prima têxtil. Enquanto nascia o século XIX, a crise da economia mineira proporcionava ao algodão mão-de-obra escrava em abundância; esgotados o ouro e os diamantes do Sul, o Brasil parecia ressuscitar o Norte. O porto floresceu, produziu poetas em medida suficiente para que o chamassem de Atenas do Brasil, mas a fome chegou, com a prosperidade, à região do Maranhão, onde ninguém cuidava de cultivar alimentos. Em alguns períodos só o arroz pra comer. Esta história terminou como havia começado: o colapso chegou de súbito. A produção do algodão em grande escala nas plantações do sul dos EUA, com terras de melhor qualidade e meios mecânicos para descaroçar e enfardar o produto, abateu os preços à terça parte e o Brasil ficou fora da concorrência. Uma nova etapa de prosperidade abriu-se com a guerra de Secessão, que interrompeu os fornecimentos norte-americanos, porém durou pouco. Já no século XX, entre 1934 e 1939, a produção brasileira de algodão incrementou-se num ritmo impressionante: de 126 mil toneladas passou a mais de 320 mil. Então sobreveio um novo desastre: os EUA jogaram seus excedentes no mercado mundial e o preço caiu.” (GALEANO, 1992, p. 106-107)

REFERENCIAS

CASTRO, E. M. R. ; MOURA, E. A. ; MAIA, M. L. S. . Industrialização e Grandes Projetos:Desorganização e Reorganização do Espaço.. BELEM: UFPA, 1995. 410 p.

FEITOSA, Raimundo Moacir Mendes; BRITO, Évila Ribeiro. Desenvolvimento industrial do Maranhão: ensaio sócio - econômico e histórico. In: CASTRO, Edna et al (Orgs.). **Industrialização e grandes projetos**: desorganização e reorganização do espaço.Belém: EDUFPA, 1995.

GALEANO, Eduardo. As veias abertas da América Latina. Ed. Paz e Terra, 1995.

GISTELINCK, Frans. **Carajás, usinas e favelas**. 1988. (Sem Notas Tipográficas).

LENINE, V.I. **O imperialismo, fase superior do capitalismo**. São Paulo: Centauro Editora, 2000.

_____. **O século XXI: socialismo ou barbárie?** São Paulo: Boitempo, 2000.

MOREIRA, José Cursino Raposo. **A implantação da Alcoa em São Luís**: uma análise espacial da inserção do Maranhão no Pólo de Alumínio da Região Norte do Brasil. Dissertação de Mestrado. UFMG – Centro de Desenvolvimento e Planejamento Regional – CEDEP/AR. Belo Horizonte, 1989.

NETTO, José Paulo. **Crise do socialismo e ofensiva neoliberal**. 3. ed. São Paulo: Cortez, 2001.

NOVACK, George. A Lei do Desenvolvimento Desigual e Combinado da sociedade. Trad. Vladimir Liboa dos Santos. Rabisco Criação e Propaganda. 1988.

RIOS, Luiz, **Geografia do Maranhão**. São Luís: Central dos Livros. 2005.

TARSITANO NETO, Frederico. A divisão internacional do trabalho e a nova indústria do alumínio na Amazônia. In: **Industrialização e grandes projetos**. Desorganização e reorganização do espaço. Belém: EDUFPA, 1995.